



## APRESENTAÇÃO

### DESAFIOS, AUTONOMIA E RESISTÊNCIA NO ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

---

Lígia Wilhelms Eras<sup>1</sup>

Fernanda Feijó<sup>2</sup>

Nesta edição dos CABECS podemos visualizar de modo ousado, desdobramentos e versatilidades de análises e tratamento dos temas que vêm compondo o espaço de discussões do subcampo de estudos sobre o ensino de Sociologia na educação básica. O destaque aqui cabe ao *conceito de AUTONOMIA*, que de diferentes formas, atravessaram as produções deste número.

Na sessão de relatos de experiência está em destaque o texto de Eduardo João Moro, intitulado *Ensino de Teoria Política no Ensino Médio: Entre a Sociologia e a História*, a ideia de *autonomia docente* ganha forma a partir do relato de experiência desafiadora, tanto no que diz respeito ao seu formato interdisciplinar, quanto na perspectiva institucional e educacional. O autor traz diversos níveis de análise de sua práxis: i) a contextualização regional (rural e agroindustrial); ii) a institucional, a formação dos institutos federais de ensino (formação básica e técnica integrada), a singularidade da multimodalidade de ensino

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora adjunta do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). *E-mail:* [ligiaweras@hotmail.com](mailto:ligiaweras@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Araraquara). Professora Adjunta no Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). *E-mail:* [fernanda.feijo@yahoo.com.br](mailto:fernanda.feijo@yahoo.com.br)

dos institutos federais, como no caso relatado do Instituto Federal Catarinense – IFC/Câmpus Concórdia-SC, em que o docente ministra a disciplina de Sociologia em diferentes áreas técnicas da educação básica, podendo ainda atuar no ensino superior e na pós-graduação; iii) planejamento e práticas disciplinares; iv) as discussões integradas da teoria política e as dinâmicas práticas e avaliativas adotadas. A teoria política foi o tema que conjugou as práticas docentes de Sociologia e de História a partir de autores, conceitos, perspectivas e abordagens. Posteriormente, a proposta de um projeto de extensão concentrou esforços em uma didática aplicada das discussões teóricas, em uma Simulação de Escolha de Representantes Políticos, envolvendo as turmas dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, com resultados exitosos, quanto a renovação do interesse por discussões sobre política, envolvimento e protagonismo dos discentes nos debates e no espírito da proposta didática (com candidatos, plataforma de trabalho, discussão sobre os cargos e sua importância nas decisões da vida pública). Contudo, houveram dificuldades, quanto à adequação de tempo de preparo das atividades e planejamento dos professores, adequação de expressões e conceitos específicos da Sociologia e da História, apreciação das aulas entre os professores, senso comum e resistência aos estudos e compreensão dos temas políticos não-contemporâneos e contemporâneos. O texto é como um todo sugestivo, tanto para o momento de formação inicial ou continuada dos docentes, podendo ser adaptada e problematizada a cada contexto educacional de realização.

A produção de Marcelo Sales Galdino, *A autonomia na mediação didática de professores de Sociologia do Ensino Médio diante dos livros didáticos*, foi desenvolvida na rede estadual e pública de Recife-PE, durante o ano de 2015, por meio de um estudo de caso com os professores da área de Ciências Humanas e que ministravam aulas de Sociologia no Ensino Médio. Três informações se destacam: primeiro, o alto índice de professores não licenciados em Ciências Sociais/Sociologia; segundo, a variabilidade de formações docentes que estão atuando com a disciplina e; terceiro, o desencontro entre formação teórica-didática, o conhecimento dos documentos oficiais e específicos da área da Sociologia e o uso do livro didático se destoam/desencontram-se amplamente.

Para além de uma excelente apresentação do cenário de produção e pesquisas sobre os livros didáticos voltados ao ensino de Sociologia na educação básica, o autor destaca uma

relação interessante, entre a *autonomia docente* como cerne do debate e o uso do livro didático que pode aferir diferentes concepções de autonomia didática docente, que ora, destaca-se a *mediação do professor*, e, ora, a mediação do livro. No dueto de teorizações sobre as tipologias de *autonomia didáticas-docente* à luz de Contreras, Sacristan e Vygotsky, temos: **a)** autonomia profissional técnica; **b)** autonomia profissional reflexiva.

Galdino observou os seguintes indícios em sua pesquisa qualitativa e estudos de caso: i) Quanto mais sólida a formação docente, conhecimento dos documentos oficiais/Sociologia, maior a autonomia do professor com relação ao uso do livro didático, num exercício reflexivo e contextualizado; ii) já, a formação docente dissociada das Ciências Sociais, desconhecimento dos documentos norteadores da área da Sociologia, o livro didático, tende a ser instrumentalizado de modo excessivamente técnico/aplicado/”seguidista”/descontextualizado. Há implicativos, portanto, nas práticas de ensino, na aprendizagem do conhecimento sociológico, nos níveis de profissionalização docente e engessamento do livro didático como recurso de ensino.

O artigo em questão traz elementos importantes para serem estudados nos cursos de licenciaturas e na avaliação de nossas didáticas cotidianas, continuando a ressoar a pergunta: *De que modo estou exercendo a autonomia docente? Como estou utilizando o livro didático?*

Nas discussões elaboradas por Luís Flávio Reis Godinho, Luciméa Santos Lima e Marcus Bernardes, em *O Ensino de Ciências Sociais no Recôncavo da Bahia (Cachoeira, São Félix e Muritiba) a partir do olhar de Estudantes da Educação Básica*, encontramos o elemento da *autonomia docente* destacado como diferencial na percepção da disciplina de Sociologia pelos alunos. A análise desenvolvidas pelos autores, quantitativa, comparada e com o uso de ferramentas informacionais (*LibreOfficeCalc, RStudio, R*), analisou justamente a recepção dos conteúdos sociológicos na visão dos estudantes do Ensino Médio da rede pública e privada de ensino no Recôncavo Baiano, cujas interpretações oscilam de acordo com o contexto cultural e social dos estudantes, a maneira como a Sociologia será apreendida por seus destinos e projeções de futuro (ENEM, questões culturais e profissionais), o entendimento e a atratividade dos conteúdos da disciplina de Sociologia, que, por sua vez, variam de acordo com formação e a maneira como esse profissional docente exerce qualitativamente o ofício. Os autores também destacam o trabalho de enriquecimento da

formação dos docentes de Sociologia, na produção de unidades curriculares (Laboratórios e Práticas de Ensino Temáticos) do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFRB, numa maior apropriação, interatividade e recontextualização do sentido de identidade que marcam/distinguem a dinâmica cultural e étnica da região/território do recôncavo baiano.

Reflexões acerca da formação continuada de professores de Pedagogia, materializada pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), através do Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR), também foram fruto de artigo nessa edição. O mote da formação foi proporcionar instrumentos reflexivos e pedagógicos que gerassem essa *autonomia docente* em avaliar possibilidades didáticas e desenvolver temas ligados as relações afro-brasileiras e africanas em sua prática docente. Ou seja, em *Reflexões sobre Formação de Professores e sua intersecção com a Antropologia e Políticas Públicas*, narradas por Marcia Leitão Pinheiro e Carine Lavrador de Farias (2019), tais proposições foram possíveis ao aproximar os universos da Antropologia e da Política Pública. Primeiro, pelo tratamento teórico e temático dos conceitos-chave abordados pela Antropologia (cultura, etnocentrismo, alteridade) e a sua associação reflexiva quanto ao debate acerca da formação cultural nacional; segundo, o exercício de análise de professores e professoras do curso de Pedagogia que frequentavam o PARFOR, para que pudessem visualizar a própria composição cultural de seu Estado, o Rio de Janeiro, cuja trajetória histórico-cultural está fortemente ligadas às raízes étnicas negras; terceiro, o exercício de avaliar essa presença das relações étnicas afrodescendentes, especialmente, no campo educacional e no seu exercício docente, na sala de aula e nas relações de ensino-aprendizagem.

A projeção das reflexões antropológicas se encontraram com o espaço das Políticas Públicas quando permitiram avaliar a relevância e o sentido da construção das políticas públicas educacionais afirmativas, que eram reivindicadas e mobilizadas ativamente pelo movimento negro no Brasil, coroadas pela Lei 10.693/2003, que incluiu no currículo escolar discussões sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

A legislação age em um espaço conflituoso e imerso em lacunas e silêncios incômodos. A educação foi acionada como política formativa, que promova conhecimento, visibilidade, resgate, desocultamento de registros, memórias e legados culturais afros; pensar de modo crítico sobre condicionamentos sociais impostos por práticas e ações depreciativas e

discriminadoras, no espaço social e escolar, da matriz africana e afro-brasileira e a sua anulação e distorções nos livros didáticos, nas práticas de ensino, das ações de resistência do grupo, do deslocamento e encarceramento cultural negro em datas civis “celebrativas”. Um debate aberto e ainda permanente na interface de inúmeras licenciaturas, e, especialmente para a formação de professores/professoras de Sociologia.

*Diretrizes políticas globais de educação e a Sociologia na escola secundária nos países da CPLP: entre recontextualizações, homogeneizações e hibridismos* autoria de Joana Elisa Rower, Bruno Gomes e Celeste Silvia Vuap Mmende, surpreende positivamente o conjunto desta edição e do seu encontro com subcampo de estudos sobre o ensino de Sociologia na educação básica, uma vez que propôs uma análise comparada, qualitativa, documental, relacional e internacionalizada quanto a construção das políticas e legislações educacionais da educação básica e, um olhar especial, para os processos de inserção do ensino de Sociologia no Ensino Médio na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (Brasil, Portugal, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe), cujas aproximações são inúmeras.

As análises dos autores percorrem as trajetórias histórico-culturais de colonização desses países, similaridades no processo de internacionalização das políticas públicas educacionais e as contradições internas do sentido da educação e suas comunidades (universal *versus* local-global, recontextualização do capitalismo, currículos temáticos homogeneizantes *versus* hibridismo “democrático”).

A pesquisa mencionada é bastante abrangente, que mapeia os estudos e experiências de análise internacionalizada sobre o ensino de Sociologia no Brasil, e, que, já conseguiu sistematizar: i) legislações e diretrizes norteadoras; ii) Sociologia e Currículos da educação básica; iii) objetivos formativos; iv) a função da escola; v) as políticas educacionais internacionalizadas da CPLP. A investigação que ainda não se esgotou e as análises interpretativas estão sendo elaboradas a partir das teorias críticas e decoloniais, concentrando esforços em visualizar o conjunto de jogos de relação saber-poder e de dominação cultural via educação que sucessivamente precarizam o ensino.

Cabe acentuarmos ainda o destaque para o caráter de opcionalidade que tem ganhado a disciplina de Sociologia nesses currículos, num movimento de dispersão das Ciências Humanas e de seu debate reflexivo crítico e dessas realidades plurais e contraditórias, em semelhanças estruturais e de encaminhamento de suas reformas do Ensino Médio em curso no Brasil, como a que, numa história recente, na Plataforma do Governo Temer, materializa-se por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e que ainda estamos a decifrar possíveis efeitos e desdobramentos para a educação básica, para o ensino de Sociologia e para a juventude brasileira.

Os autores propõe essa reflexão crítica coletiva sobre esses processos transnacionalizados, institucionalizados, políticos que têm orientado um controle do que é ensinado e tendem a reproduzir lógicas curriculares de anulação do debate crítico da área de Humanas. Esse discurso ganha coro e quando combinado às falas de não-identidade do Ensino Médio acabam engolidas por proposições mercadológicas e que deslegitimam saberes.

Nesse exercício de avaliação conjunta de dilemas coletivos das políticas educacionais, os autores buscam desenhar horizontes e encaminhamentos, ao pensar o lugar da Sociologia e as políticas educacionais situadas em práticas culturais e educacionais plurais, dos dilemas comuns percorridos na produção do subcampo de estudos sobre ensino de Sociologia da CPLP (ciência/disciplina; saber acadêmico/saber escolar) e a repensar, inclusive, “diferentes significados para a disciplina”, com maior visibilidade dos espaços de cotidianidade nas práticas e estudos sobre o ensino.

Por fim, fomos brindados com uma entrevista que Fagno Silva Soares realizou com Mario Bispo dos Santos, professor da rede pública do Distrito Federal que desde o início dos anos 2000 vem pesquisando e debatendo questões relacionadas ao ensino de Sociologia. Com o título *História da Sociologia no Ensino Médio Brasileiro: a Oficina Sociológica de Mario Bispo dos Santos*, a entrevista apresenta um panorama amplo, porém meticuloso acerca das questões que envolvem a pesquisa sobre o Ensino de Sociologia no país, nas últimas décadas. Mario Bispo, conforme narra questões sobre sua trajetória profissional e acadêmica, nos chama atenção para as transformações pelas quais a Sociologia enquanto disciplina escolar vem passando desde que ele se graduou e iniciou suas atividades como docente.

A problemática relativa à formação de professores – tão cara a esse subcampo de pesquisa do Ensino de Sociologia – também esteve presente nesse rico diálogo, elucidando a dicotomia existente entre Bacharelado e Licenciatura nas Ciências Sociais e os muitos desafios existentes para tentar saná-la. Uma das ferramentas exposta por Mario para aprimorar a formação do licenciando em Ciências Sociais aproximando-o da pesquisa, foi a valorização de programas como PIBID (Programa Institucional de Iniciação à Docência), tema de sua tese de doutorado, que enriquece as experiências dos graduandos, segundo o autor, ao propiciar a conciliação entre teoria e prática, pesquisa e ensino.

Ao descrever como iniciou seus trabalhos acadêmicos na Universidade de Brasília (UNB), nos conta como acabou por escrever um dos primeiros históricos sistematizados acerca da trajetória da Sociologia no ensino básico, desde o século XIX até os dias atuais. Tal texto compõe um capítulo de sua dissertação de mestrado (UNB, 2002) e tornou-se extremamente relevante para compreender as idas e vindas do ensino da disciplina. Especial atenção precisa ser dada para o período de 2006 a 2016 – que Mario chama de era de ouro do Ensino de Sociologia – momento em que houve um franco desenvolvimento não somente em termos de políticas públicas que reafirmaram a presença obrigatória da Sociologia no currículo escolar, mas também do crescimento da produção acadêmica sobre o tema. Um dos programas fundamentais que podemos considerar nesse período foi o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), por sua influência para a sistematização de conteúdos que pudessem representar, minimamente, um currículo para a disciplina; tendo em vista a ausência de um programa curricular para a Sociologia no Ensino Médio, até então.

Mario contribuiu e continua contribuindo sobremaneira para as pesquisas acerca da história e das representações sociais dos atores envolvidos com o ensino da Sociologia no Brasil. Sua entrevista nos leva a refletir sobre os desafios que estudantes, licenciandos, professores e pesquisadores terão de enfrentar na atualidade, tendo em vista as mudanças na conjuntura educacional do país desde 2016, com o anúncio da Reforma do Ensino Médio; sobre o futuro da disciplina mediante os ataques que as próprias Ciências Sociais vêm sofrendo e qual nosso papel enquanto resistência nesse cenário.

Com autonomia e espírito crítico, fica o convite para a apreciação dos artigos em sua íntegra construção coletiva e compartilhada do debate em torno do ensino de Sociologia na

educação básica, bem como para a reflexão acerca dos desafios que a conjuntura impõe ao ensino das Ciências Sociais, no cenário político complexo em que estamos vivendo.

Recebido em: 03/09/2019

Aprovado em: 04/09/2019

#### **COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO**

ERAS, Lígia Wilhelms; FEIJÓ, Fernanda. Apresentação: Desafios, Autonomia E Resistência no ensino de Ciências Sociais. *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v.3, n. 1, p.5-12, 2019.